



**Ata da 57ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dez minutos, em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual Microsoft Teams, os membros do Conselho da APA do Banhado Grande presentes para a 57ª Assembleia Ordinária, convocada pela presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

Teresinha Guerra - UFRGS

Leandro da Silveira Martins – ACAMPA

Valeska Almeida Marquette - Prefeitura de Gravataí

Paulo Heerdt Junior - INCRA

Daniela Cardeal - SINDIENERGIA

Juliana Pretto Stangherlin - SINDIENERGIA

Claudia da Silva Sadovski - FIERGS

Tiago José Pereira Neto - FIERGS

Paula Hofmeister - FARSUL

Laci Jeanine Lopes Schiar - Prefeitura de Viamão

Fábio Renê Klagenberg Mendes - Prefeitura de Viamão

Cecilia Schuler Nin - APA do Banhado Grande - SEMA

Jan Karel Mahler – DPMCC/SEDMA

Marthin Zang - AAFISE

Alexandre Krob - Instituto Curicaca

Tânia Peixoto - APNVG

Priscilla da Silva Kiscporski - Prefeitura de Glorinha

Paola Prates Stumpf – DUC/SEMA

Ricardo Aranha Ramos – Dbio/SEMA

Letícia Rolim Vianna - APA do Banhado Grande - SEMA

Fernando Justo – Fiergs

Sergio Cardoso – Comitê Gravataí

Lucidio Goelser – Quinta da Estância

Marcelo Camardelli Rosa - FARSUL

Marino Cestari - FARSUL

Willi Bruschi Junior – Biolaw - Visitante

Diego Melo Pereira – Diretor DBio – Convidado

Roberta Teixeira – Ministério Público – Convidada



Manoel Valin - Sindicato Rural de Glorinha e Gravataí

Luís Alex Dias Pinto – LBV

Domingos Lopes (FARSUL) – Visitante

Letícia da Silva Ferreira – Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha

Rafael Sittoni Goelzer – ACIVI

Ivo Lessa – Visitante

Pauta Única:

Plano de Manejo – Planejamento

- Abertura e acordos da reunião

Letícia Vianna (Presidente Conselho): Inicia lembrando sobre o tema da reunião fazendo uma rápida explanação sobre a dinâmica da reunião, solicita aos participantes assinem a lista de presença virtual através do link disponibilizado no chat, que coloquem seus nomes e entidades no chat da reunião para verificação do quórum, que mantenham seus microfones fechados e somente abram no momento em que forem falar.

Lembra que o objetivo da reunião é, a pedido da CT de acompanhamento do Plano de Manejo, dar continuidade a reunião ocorrida em 25 de janeiro, e tirar dúvidas e avaliar as propostas construídas nas oficinas temáticas, definir se estão suficientes e/ou adequadas, e sugerir alterações ou ajustes, quando forem simples poderão ser alteradas na reunião mesmo e as que requerem uma elaboração maior o proponente irá elaborar sua proposta e enviar posteriormente ao conselho para a avaliação e deliberação na próxima reunião.

- Relato dos últimos acontecimentos do processo de elaboração do Plano de Manejo desde 11 de janeiro de 2021 (Paola)

- **11/01/21** – Discussão das ações do PM, os Programas de Gestão;
 - Acordado entre os conselheiros que o formato dos Programas de Gestão se manteriam no formato apresentado, os 4 eixos apresentados;
 - Definido que a equipe de coordenação iria elaborar uma proposta de zoneamento da UC para discussão no âmbito da CT de Acompanhamento do PM em 18 de janeiro de 21.
- **13/01/21** – Proposta contendo o mapa das zonas e uma tabela Excel contendo as informações de cada zona do mapa, encaminhada aos membros da CT;
- **18/01/21** – Reunião com a CT de acompanhamento do PM para discutir os ajustes na tabela
- **25/01/21** – Reunião com a CT de acompanhamento do PM para seguir discutir os ajustes na tabela, debater a proposta do zoneamento e as respostas trazidas pela equipe de coordenação do plano a pedido da CT e sugestões de adequações das entidades.
 - Junto com as contribuições foi encaminhado também, um parecer emitido por 4 instituições, que fizeram apontamentos relativos a proposta de zoneamento apresentada



informando inconsistências de caráter técnico e jurídico além de apontamentos quanto a metodologia e estrutura do Plano de Manejo

– Como encaminhamento dessa reunião ficou o seguinte: replanejamento da agenda da CT; Mapeamento os pontos de conflito do zoneamento para chamar reuniões específicas e consolidar mais a proposta; Na reunião ordinária do conselho, no dia 1 de fevereiro, ao invés de apresentar a proposta de zoneamento, seria feito relato do andamento do PM; Marcação de agenda com a Promotoria de Justiça para discutir um breve aditamento de prazo para a entrega do PM; Encaminhamento da resposta do parecer das 4 instituições a CT pela equipe de coordenação.

– Após a reunião com a CT a equipe técnica do PM foi informada pelo Diretor do DBio que, por ocasião de uma reunião do Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura e as entidades que construíram o parecer e que a partir dessa reunião o Secretário emitiu um memorando determinando a suspensão temporária das discussões do Plano de Manejo junto a CT de acompanhamento do PM.

- **01/02/21** – Em Assembleia Ordinária do Conselho Gestor da APABG foi feito o relato anteriormente descrito, foi informado que nesta última semana a equipe de coordenação do PM fez o documento em resposta ao parecer das entidades do setor produtivo, e aguarda a determinação do Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura de embargo da suspensão das discussões do Plano de Manejo junto a CT de acompanhamento do PM para que o documento seja encaminhado a CT.

- Abertura do Debate

Diego Pereira (Diretor DBIO/SEMA): Diante de preocupação de 4 entidades, após reunião no gabinete da Secretaria, e baseado em Informação Técnica nº 14/2021 emitida pela Assessoria Técnica da SEMA que ratificou a preocupação explicitada no parecer 4 das entidades e sugerindo um comportamento de cautela por parte do Secretário, foi emitido o parecer que determinou a suspensão das atividades. Em 27 de janeiro as mesmas instituições encaminharam a SEMA um ofício relatando que na reunião do dia 25, ficou definido por unanimidade que as instituições lá representadas iriam ao Ministério Público negociar aditamento de prazo para a entrega do Plano de Manejo. A determinação do Secretário é de que se deve ouvir as instituições que devem justificar a chancela da SEMA para a solicitação dos prazos junto ao Ministério Público. Após manifestação do MP, o trabalho terá seguimento, para ajustamento dos acordos e após passar pelo Gabinete, deverá ocorrer o levante dessa suspensão.

Tiago Pereira (FIERGS): O que preocupou a CT foi o achatamento do cronograma que levou as principais discussões do plano de manejo para uma etapa muito curta. Eixos apresentados a CT no início de dezembro, zoneamento no meio de janeiro de 2021, porém segundo essas entidades que se manifestaram existem pontos importantes de aperfeiçoamento, que esse tempo é muito curto para fazer tais ajustes.

Domingos (Representante do Setor Produtivo): Afirma que até a tarde de 25/01 a CT estava conduzindo para a apresentação do zoneamento e das diretrizes, no dia 01/02, que muitas entidades entendem que o trabalho já está apto a levar informações conclusivas no Conselho, por isso o setor produtivo se colocou veementemente contra. De fato a reunião do setor produtivo com o Secretário aconteceu na manhã de 25/01. Concorda que o prazo para análise dos últimos materiais disponibilizados para a CT é muito exíguo. As informações contidas no



material tem fatores de ilegalidade. Alega que da forma como foram apresentadas as diretrizes, está sendo desconsiderado o caráter de área consolidada de mais de mil hectares, que cód. Nacional e estadual do meio ambiente não estão sendo respeitados. Na ocasião informaram a vontade de agendamento de audiência com a Promotora Roberta para solicitar mais prazo. A tarde, na reunião da CT, o Instituto Curicaca também se posicionou de acordo com a prorrogação para aumentar o tempo de discussões e ao final da reunião ficou acordado de forma unânime que se solicitaria ao MP alongamento do prazo e que na reunião do conselho, em 01/02, seriam apenas relatos e não propostas já aprovadas na CT. Diz que não foi o parecer do setor produtivo que gerou a suspensão do trabalho no âmbito da CT, e sim uma nota técnica da SEMA em resposta ao parecer. Informa que, o que está consolidado em legislação, como o caso das áreas consolidadas, é cláusula pétrea para sua instituição, é inegociável, e solicita que Alexandre Krob busque com os demais membros o que para eles também é inegociável.

Alexandre Krob (Curicaca): Explica que entende pertinente a solicitação de mais prazo não por uma falha técnica ou de condução do processo, mas para que os conflitos de interesse, que normalmente se evidenciam no momento do zoneamento, sejam esmiuçados e que os pontos de divergência sejam minimizados. Dois caminhos se estabeleceram nos últimos tempos: o caminho das discussões técnicas dentro da CT, que é consolidado e reconhecido pelo Conselho, e um caminho que foi aberto paralelamente pelo setor produtivo junto ao Secretário de Meio Ambiente, e esses dois caminhos colidem, pois a maioria das instituições não esperava que se abrisse um caminho paralelo sem consulta aos demais setores do conselho. É necessário retorno imediato. Entende que é a CT que deve demandar ao Ministério Público a prorrogação de prazo. Pede que o conselho da APABG considere a possibilidade de prorrogação e que se for acatado, que seja conduzido de forma clara, com apresentação de cronograma do que é necessário para que em no máximo em um mês se possa chegar ao fim das discussões técnicas e negociação de conflitos dentro da CT.

Priscilla (Pref. Glorinha) - Critica a dinâmica das reuniões da CT, exemplificando que muitas vezes os representantes das entidades que compõem o grupo colocam que não estão aptos para discutir o tema e tomar decisões, que precisam de mais tempo para essa análise ou utilizam o tempo da reunião para acordar questões mais de encaminhamentos do que de conteúdo do material, mesmo naquelas situações em que se acorda a pauta da próxima reunião e se envia material prévio para análise. Também critica a forma como algumas entidades que compõem a CT encaminharam suas demandas junto ao Secretário da pasta, de forma paralela ao que fora acordado em reunião interna da CT. Quanto à colocação do Sr. Domingos, relativo à retirada de direitos das propriedades privadas junto ao rio Gravataí, defende que são permitidas áreas privadas desde que atendam os objetivos da APA. Enfatiza que foram gastos muitos recursos públicos para estudos na planície do Rio Gravataí, e que deve haver uma recuperação dessa área, que inclusive presta para atender os usos do setor produtivo. Traz à tona a questão da Reserva Legal, colocando que seria uma boa oportunidade de se estabelecer essas áreas sensíveis nessa categoria, se adequando à legislação vigente. Enfatiza que a zona de adequação ambiental proposta pela equipe é prioritária para recuperação e garantia dos usos múltiplos. Defende que o setor produtivo está utilizando o Instituto Curicaca, para atender aos interesses daquele setor, mas que a verdadeira causa da ONG é o cervo-do-pantanal e não do desenvolvimento rural. Quanto ao apontamento de carência de estudos (diagnóstico) constante no Parecer do setor produtivo, afirma que os mesmos já foram aceitos à época, portanto, entende prejudicial ficar voltando atrás. Coloca que foi comentado na reunião da CT (25/01/2021) que seria benéfico que a reunião fosse com



promotor substituto, já que o mesmo não teria detalhes sobre o processo e poderia ser mais sensível ao pedido de dilatação do prazo. Conclui dizendo que essas costuras externas são, a seu ver, antiéticas.

Roberta Teixeira (Promotora) - Cumprimenta a todos, e em especial a equipe técnica da SEMA, valorizando seu esforço para conclusão do Plano de Manejo. Traz o histórico, enfatizando que essa discussão é fruto de uma Ação Civil Pública, e que há sete anos se vem elaborando o plano e que até o momento não se conta com esse instrumento. Afirma que todas entidades e setores têm suas razões, e que estamos na etapa mais sensível do plano de manejo, já que os interesses começam a vir à tona. Coloca que foram atendidos vários pedidos de prorrogação, que na reunião de dezembro de 2019 no Jardim Botânico se estabeleceu um prazo final (maio de 2020). Devido à pandemia, por bom senso, se acordou uma nova dilatação de prazo, vindo a ser entregue em dezembro de 2020. Salaria a importância de que se levante a determinação de suspensão dos trabalhos do Plano de Manejo junto à CT, pois é esse o espaço de debate e construção. Se preocupa com essa determinação do Secretário, pois isso interfere na resolução do problema, e se coloca à disposição para intervir nisso. Recapitula que na reunião de dezembro de 2019 levantou-se a preocupação acerca da velocidade com que o plano de manejo estava sendo executado, lembrando que à época afirmou que o importante era contar com um plano de manejo, que poderia não ser o melhor, mas que ele deveria existir. Concorda com a Priscilla, afirmando que em algumas reuniões o silêncio lhe doía, e que nas apresentações dos trabalhos executados, era dito que não se tinha como deliberar, que precisava-se de mais tempo. Informa que se continuar nessa dinâmica de silêncio e postergação nos espaços de decisão, que o plano não vai terminar nunca, acrescentando que nesse caso se veria obrigada a comunicar ao juízo, pois hoje o processo é acompanhado dentro do Inquérito Civil, pois a Ação está suspensa. Expressa a necessidade de que nesse prazo a CT e Conselho sejam propositivos, usando o espaço para sugestões e propostas. Solicita que o primeiro acordo seja pelo consenso do levante da suspensão dos trabalhos junto à CT, em seguida, que a CT e os representantes do setor produtivo informem qual o prazo necessário e quais os pontos que devem ser negociados, salientando que as reuniões devem ser decisórias, caso contrário nunca se chegará ao fim do Plano de Manejo. Lembra que o réu é o Estado do RS, e pede que sejam utilizadas as reuniões para decisões, e que não mais se coloque o Secretário na posição de ter que decidir o futuro do plano de manejo, pois é compreensível que ele encaminhe para sua paralisação até se atualizar da situação. Coloca que quer acordar o prazo nesta reunião, que não seria necessário outra para isso, e que de pronto já poderia dizer se o prazo é razoável ou não. Enfatiza que quer que o plano de manejo seja uma realidade, com aval de todos, encerrando que entende que nem todos estarão plenamente atendidos, pois todos deverão ceder em alguma coisa.

Domingos (Representante do Setor Produtivo) - Afirma que é o representante do setor produtivo naquela ocasião. Coloca a importância do histórico feito pela Promotora, justificando que o plano está levando sete anos, e seria impossível decidir em alguns dias sobre zoneamento e diretrizes, afirmando que o material (*shapefiles* e zoneamento) foi enviado há nove dias. Diz que todos são técnicos e têm todo interesse que o plano de manejo saia do papel, dizendo que foi essa a intenção do setor na última reunião. Discorda do Alexandre quando disse que todas as entidades estavam trabalhando na construção e de se levar a discussão, afirmando que somente o Curicaca que estava com essa condução de construção, e que somente no final restou esse encaminhamento. Salaria que as Federações trabalham sempre com ética, consideração e lealdade ao grupo. Traz à tona preocupação sobre o tema das Reservas Legais em cima de áreas consolidadas, afirma que o STF já consolidou na



“6869” da Constituição. Afirma que essas áreas consolidadas são pétreas, e que são pontos que não deixariam de negociar, dizendo que esse foi um ponto de acordo em conversa com Alexandre Krob, de que nessa ocasião se traria os pontos críticos que a Promotora está solicitando, mas que o mesmo, embora tenha acordado, não os trouxe para a reunião. Defende que o parecer foi emitido tempestivamente na sexta-feira (22/01/2021), já que o modo que estava sendo conduzido estava ilegal, já que estamos tratando de uma APA, que não é de uso restrito, mas de uso sustentável. Solicita à Promotora um prazo de 120 dias para conclusão do plano de manejo. Pede ainda um acompanhamento de um “secretário” do Ministério Público nesse prazo para monitorar os pontos críticos. Compromete-se em solicitar ao Secretário a anulação da suspensão dos trabalhos junto à CT.

Paola Stumpf (Equipe SEMA) - Destaca que em nenhum momento a equipe de coordenação se negaria a negociar prazo, nem interpelaria a negociação dos fóruns em casos que necessitem mais debates. Coloca que a equipe sempre se colocou nas reuniões de forma a ajustar os pontos críticos, no sentido da construção. Trouxe que os acordos em relação a necessidade de prazo estavam tomando os rumos naturais, já que ficou acordado na reunião da CT (25/01) uma mobilização no sentido de prorrogação de prazo a ser conduzido pela própria CT, sendo isso posteriormente cancelado em reunião do Conselho, tal como estava sendo feito na plenária daquele dia. Enfatiza que foi posto pela equipe de coordenação na reunião da CT que seria temerário se a própria SEMA solicitasse o prazo, pois poderia sofrer interpretação de mais uma protelação por parte da ré no processo judicial. Diz que os dois encaminhamentos a serem tomados naquela ocasião era em relação ao prazo, trazendo que tínhamos uma proposta do setor produtivo (120 dias) e outra do Curicaca (90 dias) para cancelar junto ao Conselho. E outro assunto paradoxal era em relação a suspensão dos trabalhos junto à CT, que no seu entendimento o Conselho deveria dar encaminhamento no sentido de retomar as suas atividades.

Tiago Pereira (FIERGS) - Retoma o que foi colocado pela Priscilla em relação ao diagnóstico, enfatizando que sempre houveram apontamentos e que isso pode ser verificado nos pareceres emitidos pela CT, se colocando à disposição para disponibilizá-los. Traz que em muitas vezes a CT se preocupou com o cronograma, principalmente na etapa de acordos, que estava previsto pouco tempo para esse momento. Justificou que a FIERGS abarca vários segmentos, e que precisa desse debate interno antes de tomar as decisões. Reage ao apontamento de que nas reuniões da CT não havia deliberações, justificando que em nenhum momento receberam documentos prontos para deliberar, mas que a equipe da SEMA enviava o material para ser preenchido previamente ou construído conjuntamente, e que, no seu ponto de vista, isso não era negativo, porém, lamenta a falta de tempo para qualificar os produtos. Exemplifica que nos eixos temáticos e no zoneamento o material não foi entregue maduro, pronto para deliberar. Afirma que nesse último caso, foi elaborado um parecer com os apontamentos. Diz que é necessária a reativação da CT, para que em reunião de alinhamento se restabeleça um cronograma de reuniões, com previsão de prazo também para fechamento pela equipe da SEMA. Coloca que estão no aguardo ainda das respostas da SEMA em relação ao parecer. Levanta que um dos apontamentos do parecer é que a CT está analisando os documentos de forma fragmentada, acha importante a visão total do material para iniciar as conexões, e qualificar as contribuições do plano de manejo, se colocando à disposição para organização do cronograma para fechar o plano.

Alexandre Krob (Curicaca) - Informa que havia colocado no *chat* uma proposta de prazo de dois meses, mas que não vê problema em acolher a demanda do setor produtivo de quatro meses, desde que se tenha uma proposta objetiva do que fazer nesse tempo. Demanda que



alguém se responsabilize em apresentar para o MP um cronograma bem objetivo de reuniões, com pauta e prazos, prevendo momentos de debate e outro para deliberações, se colocando à disposição para ajudar nisso. Entende que um conjunto de instituições deve fazer parte desse cronograma, e que a equipe de coordenação deve também fazer parte desse alinhamento. Informa que o Instituto Curicaca não é integrante formal da CT, e solicita que seja deliberado sobre a inclusão da entidade de forma a providenciar a formalização da composição em ata. Pede um esforço dos setores para que haja a anulação da suspensão dos trabalhos da CT. Ressalta a importância do comprometimento do setor produtivo nessa mobilização, pedindo que haja uma manifestação desse setor de forma a valorizar o espaço da CT junto ao Secretário, e salientando que é nesse âmbito que se deve se dar as discussões do plano de manejo, garantindo a tranquilidade dos membros da CT para continuar os trabalhos. Ressalta a natureza do Conselho, pois ele é soberano na tomada de decisões, e que inclusive pode não concordar com a CT.

Diego Pereira (Diretor DBIO/SEMA) - Entende importante reafirmar que o Secretário não emitiu nenhuma determinação baseado no parecer do setor produtivo, mas que utilizou como subsídio um parecer da sua Assessoria Técnica. Diz que é muito sensível às instituições em relação à prorrogação do prazo, pois estamos tratando de uma UC muito complexa, a maior UC do Estado, e que o ponto em que o plano de manejo se encontra é crítico, e necessita de uma avaliação muito criteriosa, pois haverá impactos. Exemplifica que muitos planos de manejo de outras UCs que foram elaborados a partir de contratações são inexecutáveis, e de difícil implementação. Salienta que o plano de manejo da APA do Banhado Grande tem sido feito de forma muito participativa, e que por esse motivo, tenha se chegado nesse ponto. Afirma que a prorrogação de prazo não seria de interesse da SEMA mas entende frágil levar para deliberações do Conselho um zoneamento sem que o mesmo esteja devidamente consensuado na CT, pois essas fragilidades poderiam gerar judicialização ou a sua inexecutabilidade. Sugere que seja encaminhado à gestão da SEMA um ofício com tudo que se concordou na plenária, apresentando o prazo, inclusive recomendando que se retome os trabalhos junto à CT. Coloca que subsidiados pelo Conselho, a SEMA solicitaria o prazo para o MP.

Juliana Pretto (SINDIENERGIA) - Levanta que diante dos acordos de prazo e das considerações do parecer emitido pelas entidades do setor produtivo, solicita a participação da entidade na Câmara Temática de acompanhamento do Plano de Manejo.

Domigos (Representante do Setor Produtivo) - Concorda com o envio do Ofício para o Secretário informando sobre os acordos da reunião e prazo de 120 dias para finalizar e assumindo seu compromisso com o combinado, desde que os trabalhos sejam tratados dentro da legalidade. Confirma que ouviu atentamente a fala do Diego em relação ao que culminou na determinação do Secretário pela suspensão dos trabalhos da CT, que no caso, foi a Nota Técnica nº 14/2021. Solicita novamente uma pessoa da confiança do MP para acompanhar as reuniões de forma a transmitir segurança e clareza no que vem sendo tratado nas posições da CT. Coloca que não se opõe que o Instituto Curicaca e SINDIENERGIA façam parte da CT, já que ambas instituições compõem o Conselho.

Roberta Teixeira (Promotora) - Questiona sobre o prazo do contrato com a Biolaw.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Informa que o contrato termina no último dia de fevereiro, que a partir daí, vamos trabalhar sem uma consultoria.

Paola Stumpf (Equipe SEMA) - Paola responde que esse é um assunto que vem sendo tratado



pela equipe de coordenação da SEMA tendo em vista os encaminhamentos da reunião da CT realizada no dia 25 de janeiro. Informa que a Biolaw é a única contratada em execução, que é uma consultoria que apoia na articulação das oficinas, na relatoria, e apresentação do plano no formato final, com os Encartes e todos os itens constantes no termo de referência. Esclarece que o produto será entregue pela consultoria de forma a permitir os ajustes nas planilhas dos eixos temáticos, das ações e zoneamento, e isso somente será feito após as reuniões de negociação com a CT e Conselho, através da equipe da SEMA.

Roberta Teixeira (Promotora) - Questiona se a SEMA tem condições de realizar isso sem o apoio da consultoria.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Coloca que se os setores que estão insatisfeitos com as propostas apresentadas realmente trouxeram informações e propostas concretas, que entende que sim, que seria possível. Entende necessário uma mudança na forma de condução de cada entidade, de forma a contribuir com o material. Caso contrário, todo tempo dado não será suficiente para finalizar o plano de manejo.

Paola Stumpf (Equipe SEMA) - Diz que confia no fórum que tem, e que a qualidade do plano tem a ver com a articulação dos setores. Que já passamos pelas reuniões setoriais, que nesse momento estamos na fase final, que agora é o momento de ajustes, de realização de reuniões específicas com setores.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Concorda, e complementa dizendo que agora é momento de ajustes e detalhes, mas se formos discutir a base, que daí seria impossível cumprir o prazo.

Roberta Teixeira (Promotora) - Questiona a plenária se todos estão de acordo de que agora é momento de ajustes e detalhes para negociar. E diante disso, se fosse previsto uma reunião por semana, questiona a necessidade de dezesseis semanas para discutir detalhes. Socializa que está buscando enxugar o prazo de 120 dias proposto, já que se sabe quais são os pontos críticos, uma vez que eles constam no parecer do setor produtivo. Questiona se já se tem uma proposta para esses pontos, e caso exista, que não seria necessário os 4 meses.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Entende que essa resposta deve vir dos setores que solicitaram a prorrogação do prazo. Diante da informação de que foram sugeridos encaminhamentos no *chat*, por questão de ordem, coloca que vai atender a ordem de inscrições.

Tânia Peixoto (APNVG) - Manifesta que não a surpreende esse pedido de prorrogação do prazo por parte do setor produtivo. Afirma que o problema do plano de manejo não é técnico, mas sim político. Resgata que em todo o tempo de construção do plano de manejo sempre foi apresentado o passo a passo, os materiais. Que o Tiago, coordenador da CT, se colocava de forma a construir, mas que agora outros representantes vêm ao final do processo querendo decidir, solicitando ao Secretário para que interviesse quando o plano de manejo está sendo finalizado. Que a seu ver, isso não era ético e que não consegue conviver com essas situações. Coloca que o plano de manejo trará segurança, e que muitas pessoas esperam a existência do plano para poderem produzir e viver melhor. Que daqui a pouco não existirá nada mais para os produtores explorarem na APA, nem água nem solo, e que daí vão partir para outros lugares e as pessoas ficarão com o passivo. Coloca que nas últimas reuniões a APNVG estava calada, mas dessa vez não “aguentou” calada, anunciando que 120 dias é muito tempo.

Teresinha Guerra (UFRGS) - Pondera também que 120 dias é muito, pois o que faltam são



apenas ajustes. Afirma que os dados disponíveis são suficientes. Diz que todos buscam a legalidade dentro da APA, não concordando com o parecer do setor produtivo. Critica que a gestão da SEMA levou em conta o parecer de apenas um setor, desconsiderando a existência de um grupo que representa uma série de entidades e setores (CT). Entende suficiente 60 dias para finalização do plano, argumentando que nos últimos 60 dias se realizaram trabalhos importantes, e que agora que iniciou uma série de complicações por algumas entidades, relata que algumas entidades trazem suas sugestões de forma bem concreta, mas que outras não, o que traz prejuízos nessa construção.

Alexandre Krob (Curicaca) - Como encaminhamento, sugere que se utilize a primeira semana para trabalhar na anulação da suspensão da CT, a segunda semana para acordar um cronograma de trabalho bem objetivo emitido pela CT ao MP, e seria nessa ocasião que se poderia estimar com maior qualidade o tempo de prazo seria necessário até a finalização do plano de manejo, que seria de 60, 90 ou 120 dias.

Tiago Pereira (FIERGS) - Concorda que a mobilização de reativação da CT pode ser feita ainda naquela plenária. Defende o prazo de 120 dias, justificando que muito se demandou por propostas, e que isso foi feito através do envio de uma planilha junto ao parecer, e que muitos podem não ter recebido. Coloca que muitas proibições e restrições precisam ter justificativas, através do diagnóstico e dos métodos. Entende que é necessário uma primeira reunião para esclarecer esses pontos. Outras quatro reuniões para debater 3 zonas por reunião (diz que são 11 zonas). Finalizando com uma sexta reunião de fechamento. O intervalo entre elas é de 15 dias, totalizando os 90 dias de reuniões de CT. Prevendo 30 dias para as deliberações do Conselho, bem como para que a SEMA formate o documento.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Questiona que a ideia então não são só ajustes, mas uma discussão de todas as zonas.

Tiago Pereira (FIERGS) - Afirma que existem apontamentos em todas as zonas, que seria interessante repassar todas. Diz que precisa de compreensão nesse momento, e que não havendo audiências públicas, que esse espaço é importante para negociações.

Domingos (Representante do Setor Produtivo) - Diz que o setor está disposto a construir, e que não aceitam discursos de críticas às Federações. Segue solicitando o acompanhamento do MP para que se evite esse tipo de discurso. Coloca-se à disposição para construir, e não para discussões infrutíferas. Coloca que se na CT não se chegar a um consenso, que se leve as propostas para votação no Conselho, o que servirá de subsídio para a SEMA. Apela para que não haja mais ataques pessoais, que o espaço seja utilizado para construção.

Lucídio Gozler (Quinta da Estância) - Coloca que o grande problema que houve foi a subestimação da CT em reformar e melhorar o material. Esclarece que a construção do material tem sido feita de forma participativa, em que equipe técnica da SEMA, a partir das propostas, altera, quando de comum acordo, a redação das propostas no momento dos encontros com o grupo. Coloca que se o Coordenador da CT tivesse colocado essas questões ao grupo, que isso seria debatido lá dentro, pois o grupo é composto de pessoas que dedicam seu tempo para uma melhoria para sociedade e meio ambiente. Ressalta que não aceita a entrada de "terceiros", que tentam anular a voz do grupo. Sugere que seja analisado o que já foi discutido e aprovado nas etapas anteriores, para evitar retrabalho, de forma a valorizar o trabalho já executado pela CT, e encerra solicitando que haja uma maior confiança na CT.

Letícia Vianna (Presidente do Conselho) - Agradece a fala do Sr. Lucídio informando que é necessário que a reunião se encaminhe para o final, e traz os três temas a serem decididos: a)



sobre a determinação do Secretário pela suspensão dos trabalhos junto à CT; b) Inclusão da SINDIENERGIA e Instituto Curicaca na CT; c) decisão do prazo final de entrega do plano de manejo (propostas: 60, 90 e 120 dias). Votação do item a) Unanimidade pela reativação dos trabalhos da CT; Votação do item b) Unanimidade pela inclusão da SINDIENERGIA e Instituto Curicaca na CT que acompanha a elaboração do Plano de Manejo; c) 120 dias contabilizou 5 votos (3 FIERGS; 1 FARSUL; 1 SINDIENERGIA), 90 dias contabilizou 13 votos (1 Instituto Curicaca; 1 AAFISE; 1 UFRGS; 1 ACIVI; 1 Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha; 1 Comitê Gravataí; 1 INCRA; 1 APNVG; 1 Prefeitura Viamão; 1 Quinta da Estância, 1 Prefeitura Glorinha; 1 Prefeitura Gravataí; 1 DCMQA/SEMA) e sem abstenções. Concluí então que o prazo escolhido pelo Conselho foi de 90 dias.

Roberta Teixeira (Promotora) - Coloca que como combinado, iria se manifestar naquela ocasião. Aceitando o prazo de 90 dias, solicita a entrega de um cronograma detalhado, exemplificando que deve constar o assunto a ser tratado em cada uma das reuniões, bem como entregue uma informação constando o que foi tratado e decidido na oportunidade.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Solicita que o Coordenador busque readequar a sua proposta para 90 dias. Reforça a necessidade de um compromisso das entidades em aproveitar esse prazo para construir, e não apenas fazer críticas.

Roberta Teixeira (Promotora) - Questiona sobre o encaminhamento do pedido ao Secretário sobre a suspensão dos trabalhos junto à CT, que entendeu que seria o setor produtivo que iria fazê-lo e não o Conselho.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Diz que não entendeu dessa forma esse encaminhamento.

Diego Pereira (Diretor DBIO/SEMA) - Pedes a palavra e esclarece que quem requisita formalmente um prazo para o Ministério Público é a SEMA, e que o Conselho tem o papel de subsidiar essa requisição. Entendo que as entidades agora devem buscar realizar uma reunião para nivelar um cronograma de trabalho.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Entende que o pedido de anulação da determinação do Secretário é uma vontade do Conselho, e que portanto, deve haver uma manifestação deste colegiado nesse sentido, como decidido em votação.

Tiago Pereira (FIERGS) - Coloca que no seu entendimento, o cronograma deve ser elaborado por todas as entidades que compõem a CT, e não apenas pelo setor produtivo.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Enfatiza que agora a proposta deve vir das entidades e coordenação da CT, e no grupo se decide.

Tiago Pereira (FIERGS) - Concorde e fica responsável pela organização da reunião e elaboração da primeira versão do cronograma para decisão no grupo, só levanta a questão do resgate dos trabalhos da CT sem autorização do Secretário.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Diz que se responsabiliza pelo documento a ser emitido ao Secretário, mas pede que concomitante a isso, que seja elaborada uma proposta de cronograma, para que assim que a CT for reativada, que isso seja pautado em reunião.

Alexandre Krob (Curicaca) - Resgata a disposição do Sr. Domingos em manifestar ao Secretário o interesse em restaurar a CT, justificando que a determinação do Secretário veio do parecer interno do setor produtivo, dessa forma, seria salutar que houvesse uma manifestação desse setor. Não vê problema em ser uma condução paralela àquela do Conselho.



Domigos (Representante do Setor Produtivo) - Concorda com a colocação do Alexandre. Coloca que a intenção do parecer era de alertar sobre as ilegalidades que existem na proposta de zoneamento, assim como dar ciência à Promotoria acerca disso, o que já foi feito. Diz que concorda com a elaboração de uma proposta de cronograma pelo Coordenador da CT, bem como se compromete em emitir um documento do setor produtivo para o Secretário na quarta-feira (03/02/2021) manifestando que as demandas do setor estão sendo atendidas e pedindo que os trabalhos da CT sejam resgatados.

Roberta Teixeira (Promotora) - Resgata o pedido do Sr. Domingos acerca da presença de um servidor designado pelo MP para acompanhar as reuniões da CT, respondendo que nesse grupo já existem muitos técnicos qualificados e que tem muito conhecimento do tema. Que possivelmente em algum tema mais sensível poderá dispor de um técnico para acompanhar a reunião, caso seja possível em virtude da escassez de técnicos, porém, entende que dificilmente isso seria necessário em virtude da propriedade com que os técnicos da CT trabalham os temas da APABG. Coloca que vai acompanhar as reuniões do Conselho, como sempre o fez, e qualquer necessidade ela vai estar presente.

Domingos (Representante do Setor Produtivo) - Afirma que também confia na capacidade técnica do grupo, mas que a maior questão é quanto às ilegalidades presentes na proposta. Diz que respeita as posições contrárias, e com esse respeito gostaria de seguir trabalhando nas questões do Plano de Manejo.

Letícia Vianna (Presidente Conselho) - Divulga o calendário das seis reuniões ordinárias do ano de 2021: 01 de fevereiro, 05 de abril, 07 de junho, 02 de agosto, 04 de outubro e 06 de dezembro.